

A crise socio-econômica pode desembocar na Constituinte

Carlos Chagas

Uma especulação, uma previsão ou um temor? Tanto faz. A registrar está que o governo José Sarney, temendo, prevendo ou especulando, se encontra às voltas com a sombra da perda do poder. Na reunião do Conselho Político, terça-feira, o tema foi mencionado, mas onde ele mais circula é nas conversas informais dos assessores do presidente da República: se não forem tomadas medidas capazes de provocar efeitos imediatos no plano econômico e no plano social, minorando a crise, crescerá o risco de o País se dividir de alto a baixo, no ano que vem. Ai, será o diabo, na movimentação pela campanha eleitoral e, quando se reunir a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, ela fará o que quiser. Pode, mesmo, antecipar para aquele ano as eleições presidenciais.

Que a Constituinte deterá poderes ilimitados é teoria aceita por todos, decorrente da doutrina jurídica. Mesmo essa singular Constituinte convocada a prazo fixo, para resolver amanhã o que deveria ter sido resolvido ontem. Na prática, porém, ainda existe o consenso de que esses poderes deverão ser limitados, mas mais ou menos, ou seja, não reduzirão a menos de quatro anos o atual período presidencial, não mudarão o presidencialismo, não atingirão as bases do sistema capitalista e não tocarão em instituições como as Forças Armadas. Entre outras coisas.

O problema é que, sem atingir fundo certos impasses da atualidade, como o nó econômico e as agruras sociais, resolvendo em prazo razoável as questões inflacionária, do crescimento, das dívidas externa e interna e do

desemprego, por exemplo, a administração José Sarney não conseguirá evitar o acirramento dos ânimos na campanha para as eleições gerais de 1986. Fatalmente surgirão messias e salvadores da pátria, do tipo Leonel Brizola ou Jânio Quadros, bem como, ideologicamente, afirmar-se-ão os contrários. O centro democrático perderá espaços e a retaliação alcançará níveis poucas vezes registradas. Tudo isso desembocará na Assembleia Nacional Constituinte, e, a partir daí, poderá ser um deus-nos-acuda. Um salto no escuro.

A antecipação das eleições presidenciais situa-se na esfera de poder teórico dos constituintes, ainda que, até agora, contrarie a estratégia da Aliança Democrática e dos principais segmentos representativos do meio so-

cial. Convencionou-se por isso, sem nenhum acordo escrito ou reunião específica, que o mandato de José Sarney deverá ser de quatro anos, opinião manifestada por ele em diversas oportunidades.

No entanto, indefinições, malogros, confronto e falta de resultados concretos na ação governamental poderão mudar o quadro. Porque tentações sempre existirão. No próprio PMDB, Franco Montoro e Ulysses Guimarães seriam imediatamente beneficiários, já que o maior obstáculo a separá-los da candidatura presidencial é o da idade. Ganhariam um ano precioso se tivessem de fazer campanha e disputar a convenção partidária e as eleições ainda em 1987. A Frente Liberal não fica atrás, mas por outros motivos: ela não desian-

chou. Possui número invulgar de oficiais, mas poucos soldados, e, a continuar o processo como vai, o pêndulo não mudará. Seus principais líderes, Aureliano Chaves e Marco Maciel, desgastam-se em funções de governo, perdem espaço e poderão, num determinado momento, entender que a recuperação estará numa campanha presidencial antecipada, qualquer que venha a ser o candidato. O PDS não tem nada a perder, pois perdeu tudo, e não ficará contra a idéia. Pelo contrário, na medida em que ela contribua para virar a mesa partidária de pernas para o ar, os pedessistas estarão a favor.

Nos partidos menores, pior ainda. Leonel Brizola cresce com as eleições de prefeito, este ano, e as divisões partidárias delas decorren-

tes. Abre ainda mais os braços pensando nas eleições do ano que vem e em sua cadeira de constituinte, em 1987, quando buscaria liderar a proposta de antecipação. Despertaria logo os seus contrários, se ainda não despertou, aparentemente representados por Jânio Quadros.

Indivíduos, gente, assim, os possíveis candidatos à sucessão só teriam a ganhar com a realização de eleições presidenciais antes da hora estabelecida pelo consenso. Diante de um sentimento generalizado de frustração nacional, docemente estrangidos ou não, embarcariam na canoa.

Essa perspectiva, o Palácio do Planalto presente e examina. Cuida de evitar, mas a única forma real passa por imediata e razoável performance do Ministério. A pretendida unidade para a política econômica, responsável pela defenestração do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, constitui passo decisivo nesse rumo. Os discursos e as declarações do novo ministro, Dilson Funaro, não exprimem outra coisa. Na próxima reunião do Ministério, em princípios de setembro, o presidente Sarney aproveitará para acentuar a necessidade de resultados. Não em função da preservação de seu mandato durante quatro anos, é evidente. Ele está empenhado em mudar estruturas e em promover iniciativas que deoquem a tranquilidade e a melhoria das condições de vida da população. Quer cumprir bem o seu mandato. Só que, se não conseguir efeito em prazo razoável, verá-se envolto na maior das confusões, tornando-se a primeira vítima delas.

JORNAL DA TARDE 29 AGO 1985

Prefeitos: mais diálogo com o Planalto.

Os prefeitos eleitos em novembro disporão de canais diretos com o governo federal para tratarem de problemas municipais, evitar retaliações e liberá-los da tutela dos governadores. A medida foi anunciada ontem pelo presidente José Sarney, procurando tranquilizar o

candidato a prefeito de Salvador pelo PMDB, Mário Kertesz, que lhe transmitiu as ameaças feitas pelo governador da Bahia, João Durval, do PDS. A mais freqüente delas é a de que o prefeito que não se aliar ao governador não terá condições de trabalhar. No caso específico de

Salvador, Kertesz acha que a situação seria insustentável, pois assumirá uma prefeitura com um déficit de Cr\$ 400 bilhões. Ele garantiu ao presidente que sua candidatura, apoiada pelo PL, PSB, PDT, PCB e PC do B, é imbatível, tendo hoje o apoio de 76% dos

eleitores. A decisão de evitar confronto entre os futuros prefeitos e os governadores também foi comunicada pelo presidente ao candidato à Prefeitura de Belém pelo PFL, Dionísio Hage, que recebeu a inovação como "uma forma de resguardar os prefeitos".

Nos programas de TV, em jornais, nos sindicatos e federações, na OAB, no Instituto de Engenharia, nas Câmaras Municipais, nos tribunais e na Escola Superior de Guerra uma discussão tem sido constante e comum nos últimos cinco meses: o debate da Constituinte. Políticos e juristas, personalidades e líderes têm sido convidados incessantemente a proferir palestras e discutir o tema. Ontem mesmo o governador José Richa, do Paraná, esteve em São Paulo para debater com arquitetos e engenheiros, a partir das 17h30, no Instituto de Engenharia, a Constituinte e a Ação Política.

Os resultados de tantos debates, admitem seus organizadores, ainda estão aquém do esperado, mas a maioria acredita que passada a eleição municipal de novembro a tendência será de crescimento de um movimento em favor da Constituinte, semelhante ao ocorrido com a campanha das diretas-já.

Para isso, e com o objetivo de "lutar por uma Constituinte que defenda os interesses do povo", centenas de entidades civis formaram o "Plenário Pró-Participação Popular da Constituinte". Esse movimento defende o lançamento de candidaturas avulsas para a Constituinte, totalmente desvinculadas de siglas partidárias. De acordo com o jurista e professor de direito Goffredo da Silva Telles, o Congresso Nacional tem função distinta daquela confiada à Assembleia Nacional Constituinte: "Ao Congresso Nacional cabe elaborar as leis ordinárias, enquanto a Constituinte é outorgada a responsabilidade de elaborar uma só lei — A Carta Magna, que vai reger os destinos da Nação".

O debate se amplia

Além de ocupar as praças e as ruas das cidades brasileiras, seminários sobre Constituinte ganham destaques em várias frentes. Entre outros, órgãos oficiais como a Prefeitura e a Câmara Municipal de Santo André, em convênio com o Instituto de Ensino Superior de Santo André e com o jornal Diário do Grande ABC, estão promovendo discussão sobre o tema todas as quartas-feiras, às 19h30, no plenário da Câmara Municipal de Santo André. A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Químicos do ABC também discutem o tema. O Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), todas as segundas-feiras até 30 de setembro, está realizando um ciclo de estudos — "O que é Constituinte?" — para informar os interessados.

Mas, afinal, esses debates não estariam sendo elitistas e acadêmicos? A Constituinte tem sensibilizado a população brasileira?

Essas perguntas foram respondidas por representantes de entidades e por populares. Uma pesquisa divulgada pelo Jornal do Brasil há cerca de um mês mostrou que apenas uma pequena parcela da população sabe realmente o que significa a Constituinte. A maioria dos entrevistados, segundo a pesquisa, desconhece o assunto, bem como sua importância para o País.

Para o deputado federal José Genoíno, do PT, a questão da Constituinte até agora não tocou as camadas mais populares por falta de divulgação. O parlamentar defende uma mobilização maior, abrindo espaços para manifestações políticas em praças públicas, além de serem feitas explicações didáticas sobre a Constituinte, mostrando ao povo o que está em jogo nessa eleição: "Quer dizer, as pessoas têm de estar cientes

VOCÊ SABE O QUE É CONSTITUINTE?

(Fizemos essa pergunta às pessoas das fotos. Veja o que elas responderam.)

que podem influir nos destinos da Nação. Por isso, é necessário que os trabalhadores se organizem da mesma maneira que estão fazendo os empresários".

Rejeitando a tese de um Congresso com poderes constituintes — "Isso seria uma reforma constitucional" — Genoíno crê que é fundamental a utilização dos meios de comunicação de massa, principalmente rádio e TV, "que seriam liberados para os partidos políticos divulgarem o tema". O PT, segundo o deputado, defende ainda a realização de assembleias em cada município — e as reivindicações seriam encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte.

O povo fala

Contrariando a expectativa do deputado petista, os moradores da cidade de São Paulo demonstram estar razoavelmente informados sobre Constituinte. De 20 entrevistados, entre homens e mulheres de idades variadas, somente três admitiram desconhecer o assunto. A maioria tem noções ou pelo menos já ouviu falar do tema.

A opinião do produtor cultural Nilton Carlos de Oliveira Simões, 36 anos, coincide em muitos pontos com a de José Genoíno. Ele também acha imprescindível a convocação de uma assembleia nacional apenas Constituinte: "Entretanto — ressalta — é uma coisa que carece de mais discussão entre o povo". Nilton condena a Comissão Mista instituída pelo ministro da Justiça, que tem por objetivo colher subsídios para a Constituinte, "porque não tem nenhum negro e nenhum sindicalista".

Com relação ao desinteresse das pessoas, Nilton acredita que se deve às circunstâncias em que o País tem vivido nos últimos anos — "por causa da repressão que

passamos, que fez com que os brasileiros tenham ficado com medo, alienados e preocupados com a situação financeira". Segundo ele, "é preciso união, porque ninguém vence lutando sozinho". Nessa luta, Nilton propõe o engajamento decidido dos partidos políticos, das sociedades, amigos de bairros e outras entidades. "É fundamental que haja compreensão de que tudo vem da Constituinte, os direitos do povo e do Estado. As pessoas precisam mudar a postura" — adverte — "pois estão acostumadas ao poder exercido pelos políticos". Mais cética, a vendedora Zuleica Souza, 27 anos, disse: "Acho que o povo não está preparado para opinar sobre a Constituinte".

Para Roberto Umino, comerciante, 38 anos, "a Constituinte deve sair do povo, através de pesquisa junto à população". Ele também critica a pouca divulgação do assunto: "Inicialmente, a gente não sabe como julgar isso, porque o governo nunca se preocupa em divulgar isso". Já sua sobrinha, Jussara de 19 anos, admite que não tem opinião formada sobre o assunto: "Não tenho discutido isso com meus amigos". O auxiliar de escritório Paulo Eduardo Pires da Silva, 24 anos, acredita que a Constituinte possa minorar o sofrimento dos brasileiros: "Parece que desta vez vão fazer leis pensando naquilo que o povo quer e não nos interesses dos militares".

Também ele insiste na falta de divulgação, pois a maioria dos seus amigos desconhece o assunto. Morador de Santo Amaro, Paulo Eduardo disse que grande parte da população do bairro nem sabe que haverá um plebiscito para decidir sobre a emancipação ou não de Santo Amaro. Ele pessoalmente se declarou contrário à medida.

O músico Walter Lara, de 28 anos, concorda com os demais, advertindo o governo para a necessidade de se divulgar mais a Constituinte. "A prioridade tem de ser em cima disso, pois a eleição já está resolvida: o Fernando Henrique é o menos pior dos candidatos. A divulgação deve ser pela televisão e jornais, pois o rádio, sobretudo as FMs, não dão espaço para a política." Assim, Walter até imagina a Constituinte como um movimento igual às diretas-já. Em sua opinião, porém, a formação de uma comissão mista é descartável, no momento. "Isso, para mim, deveria ficar para o segundo estágio. Agora, é um pouco precipitado".

Desvinculação

Ives Gandra da Silva Martins, presidente do Instituto dos Advogados, concorda com o parecer do músico Walter Lara. Para ele, a instituição da comissão mista é uma precipitação: "Acho a Comissão excelente. Os juristas são bons, mas ela é precipitada. Nós não podemos preparar a Constituinte antes da eleição da Constituinte. Seria andar com o carro na frente dos bois".

Ives alerta para o perigo de se atrelar a eleição da Constituinte à do Parlamento: "Sou a favor da desvinculação. Não acho legítimo que o Parlamento da Velha República tenha a mesma Constituição e voto na Constituinte". Para Ives, outra distorção é o critério de representatividade, que acaba fazendo com que o eleitor paulista tenha menos voz na Constituinte do que o eleitor do Acre, por exemplo: "O critério de proporcionalidade perde o efeito, quando limitam o número de representantes em 60. Assim, São Paulo pode ter no máximo 60 representantes, para 23 milhões de habitantes".

Embora mostre-se favorável à participação do povo na Constituinte, Ives Gandra adverte que isso deve ser feito obedecendo-se a um sistema de consulta das linhas mestras, já que a matéria é complexa e transcendente, em muito, a compreensão do cidadão comum: "Quem não é jurista ou parlamentar realmente vai ter muita dificuldade em entender e o povo comum não tem noção do que isso representa. Em minha opinião, o povo deve responder se é favorável a um regime parlamentar ou presidencialista, ou se a política econômica deve ser neoliberal etc".

Para o professor de História, Marco Aurélio Garcia da Unicamp, o povo tem todas as condições de se pronunciar sobre os temas em debate na Constituinte: "isso não é apenas questão para juristas e deputados, pois o seu resultado vai influir na vida do País por vinte, cinquenta ou cem anos. Os cidadãos — prossegue — não serão tratados de maneira geral, mas também serão observados nos seus aspectos individuais".

O que o professor Marco Aurélio discute é como fazer para que todos os segmentos da sociedade opinem sobre os temas econômicos, políticos e sociais que a Assembleia Nacional Constituinte vai abordar. A título de sugestão, ele propõe a divulgação através dos meios de comunicação — como pediram as pessoas na rua — e, ainda, a criação de Comissões Municipais de Consultas, integradas por membros da sociedade civil, que promoveriam debates e colheriam subsídios para levar à Assembleia Nacional Constituinte. "Seria uma analogia com a Revolução Francesa, que se utilizou dos cadernos de demanda da população", lembrou Marco Aurélio.

O sistema de consulta, por sinal, é o mais democrático, segundo o professor. E pode ser feito submetendo os grandes temas da Constituição a um referendo: "A partir daí, a Constituinte incorporaria ao texto o resultado da consulta". Para ele, a consulta é um instrumento de auto-afirmação. Afim de facilitar, Marco Aurélio admite que podem juntar-se dez tópicos e votar tudo de uma vez, em um plebiscito: "Isso já existe em Estados americanos, com o país submetendo temas de interesse a um amplo debate de quatro a cinco meses".

A Comissão Mista, composta por 50 pessoas, também não tem a aprovação do presidente do Sindicato dos Químicos do Grande ABC, Agenor Narciso, que comanda um sindicato de 40 mil trabalhadores. Segundo ele, "a classe trabalhadora, bem como as minorias, estão marginalizadas nessa comissão, por isso nota-se uma grande preocupação entre os químicos".

Aliás, ele assegurou que existe uma grande expectativa da classe trabalhadora com relação à Constituinte. "Entretanto" — adverte — "para falar em nome do trabalhador tem de ser um trabalhador. Nada mais justo que, numa comissão de 50 nomes, termos 20% de trabalhadores".

O sindicato reúne trabalhadores dos setores petroquímico, de produtos químicos para fins industriais, plásticos, tintas e vernizes, fertilizantes, adubos, produtos farmacêuticos e outros. Agenor disse que o debate ainda prossegue e os químicos não têm até agora uma posição concreta diante da situação. "Mas", garantiu Agenor, "nós sabemos que a Constituinte precisa discutir o que mais aflige a população: moradia, educação, transporte, saúde...". Antônio Tozzi